

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DE GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO E EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO PAPEL E CELULOSE EM TRÊS LAGOAS (MS)

Mariana Santos Lemes
Mestranda em Geografia pela Universidade federal de Uberlândia
Bolsista de Mestrado CNPq
marilemess@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca compreender os elementos das transformações territoriais advindas do desenvolvimento capitalista no campo por meio de um dos empreendimentos do agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul, de modo particular na região de Três Lagoas. Assim, identificamos na implantação da Fibria – empresa de papel e celulose, algumas características predominantes em Grandes Projetos de Investimento. Por se tratar de um empreendimento cuja origem sobrevém do setor econômico unificado, a produção e seu produto adentram o mercado internacional e transformam distintos territórios, da escala local à global. Para tanto, imprescindível torna-se o aparato político do Estado através de incentivos fiscais que impulsionam o processo de estruturação e materialização de tamanho empreendimento no território. Contudo, mencionamos alguns dos efeitos causados pelo empreendimento do agronegócio da celulose a fim de refletirmos o quanto sua natureza de ordem contraditória dissimula atuações expressas no território.

Palavras-chave: Agronegócio da celulose. Empreendimento do agronegócio. Capital.

CONSIDERATIONS ABOUT LARGE INVESTMENT PROJECTS AND THE PULP AND PAPER AGRIBUSINESS EXPANSION IN TRÊS LAGOAS (MS)

Abstract

The aim of this paper is to understand the elements of territorial changes resulting from the capitalist development in the field through of agricultural enterprises at Mato Grosso do Sul state, particularly in Três Lagoas region. Thus, we identified some predominant features in Large Investment Projects with a cellulose and paper company implementation (Fibria). Being from the unified economics department, enterprise production and product are entering the international market and modify different territories, from local to global scale. So it the political support from government through tax incentives becomes essential to drive the structuring and realization process of this kind of enterprise in these areas. However, we mention some of the effects caused by cellulose agribusiness development in order to reflect how their contradictory nature conceals their expressed performances in the territory.

Keywords: Cellulose agribusiness. Big enterprise. Capital.

Introdução

Na perspectiva panorâmica espacial em que se apresenta a trajetória do agronegócio da celulose nas distintas escalas geográficas, da local à global, torna-se possível compreender que esse setor econômico se materializa no território por meio de grandes empreendimentos. É através da dinâmica de produção e reprodução do espaço, estabelecido historicamente nos espaços urbanos e rurais, que se faz passível análise.

A conjuntura do setor agroindustrial, sobretudo da indústria de celulose, consente à lógica do sistema econômico vigente, cujo modelo capitalista de produção permite a expansão especificada e transmutada da produção de celulose dos países nórdicos para a América do Sul. No território brasileiro esses empreendimentos agroindustriais se realizam em diversos “recortes espaciais”.

Para a celulose de mercado, a produção brasileira é representada fundamentalmente por seis empresas – Fibria, Suzano, Cenibra, Stora Enso, CMPC e Grupo Orsa. Neste caminho objetivamos compreender o papel desempenhado pela Fibria, enquanto um Grande Projeto de Investimento (GPI) que provoca transformações territoriais na microrregião de Três Lagoas (MS). Dessa forma, desenvolvemos esse trabalho compartilhado no curso do desenvolvimento do agronegócio da celulose e nas características predominantes em Projetos de Investimento.

No processo de desenvolvimento econômico, os grandes empreendimentos apresentam incutidos de aparatos políticos para se implantarem no território. Desse modo, o Estado intervém contra ou a favor desses empreendimentos tornando-se assim, agente importante desse processo industrial. Assim, identificamos a atuação política em favor do empreendimento industrial de papel e celulose na microrregião sul mato grossense.

Todavia, as transformações sócio-espaciais advindas da implantação do empreendimento, configuram o território desde o momento de materialização até a operação, e resultam em efeitos negativos do processo. Contudo, possibilita refletirmos sobre os caminhos que trilham a política de desenvolvimento proposta por Grandes Projetos de Investimento.

Desenvolvimento do agronegócio da celulose

Para compreender os caminhos que perpassam a concretização do agronegócio por meio de grandes empreendimentos, é preciso apreender a lógica que permeia o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro, o qual é palco de grandes empreendimentos. Assim, decorre a delimitação das bases conceituais para possibilitar essa discussão e embasar teórico metodologicamente o presente trabalho.

O modo de produção capitalista é fundamentado por sua lógica de produção de mercadorias, distribuição, troca e consumo, acrescida a “forma que assumem as relações sociais da produção, em correspondência de um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas” (GAIGER, 2003). Ademais, há quatro características da vida econômica das quais nasce o modo de produção:

- a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários do meio de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) conversão da força-de-trabalho igualmente em mercadoria, sob forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para ampliação incessante do valor investido na produção, (GAIGER, 2003. p.7).

Em outras palavras, Oliveira (2007) afirma que o desenvolvimento do capitalismo em sua etapa monopolista precisa ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada de capital. Esse processo consiste na reunião das características do modo de produção capitalista, da circulação de mercadorias, que significa a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadoria. Na agricultura esse processo decorre de personagens distintos, o capitalista, e o proprietário da terra têm objetivos separados e contrapostos, portanto, só depois de completado todo o processo é que o capitalista transfere ao proprietário a renda da terra. No entanto, se os dois personagens estão unificados em uma mesma pessoa, essa auferir além do lucro médio a renda da terra.

Oliveira (2010) explica que no caso brasileiro, “o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário de terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na pequena propriedade quanto na grande” (OLIVEIRA, 2010, p.8). Nas palavras de Martins o capital:

[...] tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos no campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja e do gado de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, (...) o capital não se torna dono da terra, mais cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1979, p.27).

Mediante essa breve prerrogativa, acrescenta-se a prática cada vez maior da exploração dos recursos naturais, que para o capital tornaram-se e ainda se tornam reservas de valor. No cenário brasileiro intensifica-se esse prática com a industrialização, resultado do processo histórico de modernização no campo, acompanhado de uma densa migração rural-urbana no final do século XX. Segundo Gonçalves (2004), foi na década de 1960 que se aprofundou a implantação da modernização conservadora no campo, ampliando a reprodução do capital por meio de renda e lucro. Para Silva (1981) o significado da dominação do capital na agricultura brasileira “espelha avanços e recuos de uma lenta e, por isso mesmo, dolorosa modernização em alguns setores específicos, modernização essa em sua maior parte sustentada pelos subsídios estatais” (SILVA, 1981, p.33).

É a partir desse modelo de desenvolvimento voltado a atender os interesses do capital nacional e internacional que se desdobram as mudanças ambientais e climáticas nas diferentes escalas. Isso ocorre desde o período da colonização, iniciado com a extração da madeira (pau brasil), intercedido pela extração de minérios, pelas monoculturas de cana, pecuária, café e intensificado, por meio do investimento de capital estrangeiro, os monocultivos de soja, cana e eucalipto para fins de exportação (KUDLAVICZ, 2011).

Ainda nessa perspectiva, Oliveira (2007) afirma que hoje, o capitalismo monopolista busca juntar o campo e a cidade já que, na época de sua constituição, foram estritamente separados. “A industrialização da agricultura, que é uma evidência desse processo, gera a **agroindústria**. É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo” (OLIVEIRA, 2007, p.32, grifo do autor). Assim, as indústrias e seus diversos setores (agrotóxicos, insumos, sementes transgênicas, maquinários de alta tecnologia) estão estabelecendo sua presença no campo enquanto os trabalhadores do campo trabalham no campo e moram na cidade.

Milton Santos (2008) situa esse processo no período técnico científico informacional, que significa a interação da ciência e da técnica sob a égide do mercado. É a partir dessa interação que o mercado se torna global, ou seja, atendendo a uma lógica vertical e assim

“acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo” (SANTOS, 2008, p. 239). Dessa forma é que as grandes empresas nacionais e internacionais direcionam, de certa forma, a política interna e externa dos países. A essa ideia, adicionam-se as questões ambientais, decorrentes de mudanças na natureza que também estão subordinadas a essa lógica. No entanto, esse processo da globalização econômica se configura de forma desigual, pois, ditado pelo capitalismo monopolista, produz espaços mais globalizados e espaços menos globalizados, há empresas hegemônicas que mandam e outras que obedecem. Assim, o espaço nacional torna-se regionalizado e fragmentado para atender a essas empresas hegemônicas, aumentando a desigualdade e as diferenças regionais tendenciadas na globalização e/ou uniformização da economia, da política e da cultura.

Diante dos apontamentos que engendram o atual processo do desenvolvimento capitalista no campo, e este ordena o modelo predador da natureza e de seus recursos naturais, podemos compreender o contexto em que desenvolve o agronegócio do eucalipto no Brasil e o consolida como grande concentrador de terras. Entendemos, acordando com Oliveira (2007), que o capitalismo monopolista no campo se desenvolve pela territorialização do capital monopolista (compra de terras pelos capitalistas industriais), e pela monopolização da terra pelo capital por meio da extração de renda, no caso dos camponeses. Desse modo, apresenta-se a expansão da agricultura e a contradição do desenvolvimento capitalista no campo:

O desenvolvimento da agricultura no século XX e XXI vai ser marcado por uma realidade contraditória, ou seja, a sua **expansão por aqueles setores de mais alta rentabilidade**, como é o caso da avicultura ou do **reflorestamento**, por exemplo. Tem-se expandido também, por aqueles setores onde capitalistas e proprietários da terra unificam-se em uma mesma pessoa. No geral, entretanto, o capital tem atuado contraditoriamente, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007, p.32 grifo nosso).

Em outras palavras, monopolização da terra pelo capital implica no poder de controle do capitalista sobre a produção e circulação dos produtos produzidos pelo camponês e sua família (origem de relações não capitalistas), sujeitando a renda da terra ao capital. Dessa forma, o capitalista produz capital pela via não capitalista (trabalho do camponês juntamente com sua família) e se apropria da renda sem ser o proprietário da terra.

No processo de territorialização do capital ocorre a expropriação e a tendência à proletarianização dos camponeses. O capital atinge sua realização plena por extrair além da renda da terra (como proprietário da terra) o lucro (com a exploração do trabalho assalariado). Nesse caso:

[...] o processo estritamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagens, etc. (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Vale ressaltar que o processo de territorialização do capital só ocorre quando o lucro da atividade agrícola compensa a “compra” da terra e suporta o trabalho assalariado. Isso procede somente para atividades agrícolas cujo preço é estabelecido pelas bolsas de valores, definindo as *comodities*. Nesse sentido, a participação do Estado é intensa através de políticas públicas que incentivam o processo de territorialização do capital.

Mediante isso, com base no trabalho de Kudlavicz (2011) acerca da territorialização do complexo da Celulose em Três Lagoas/MS, é que referimos o agronegócio do eucalipto à territorialização do capital monopolista. O autor coloca essa questão ao abarcar questões da dinâmica agrária concomitantemente ao processo de expansão capitalista no campo sul mato-grossense revela as contradições do agronegócio com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O mesmo autor explica o processo de atuação do Estado para o Mato Grosso do Sul desde a segunda metade do século XX, quando foram formuladas políticas públicas para efetivar a ocupação do Centro-Oeste com intuito de transformá-lo em produtor de matérias-primas para alimentar o processo industrial da região sudeste. Destaca-se então, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek (1957-1960) que, em pleno período de industrialização, constrói rodovias para integração do Centro-Oeste com a região industrializada do Sudeste. Logo, segue a elaboração e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que evidencia a estratégia de consolidação do mercado nacional para substituição das importações, e a disponibilização de crédito no governo do presidente Ernesto Geisel, a fim de efetivar a estratégia desenvolvimentista agropecuária proposta pelo plano. Nessa conjuntura, foi instituído o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), que selecionou áreas específicas nos estados de Minas Gerais, Goiás e

Mato Grosso, sendo quatro áreas selecionadas no estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). O programa atendeu uma área de 1,4 milhões de hectares que compreende o percurso da estrada de ferro Noroeste e do eixo rodoviário da BR 262, de Campo Grande a Três Lagoas (localidade a que se refere esse trabalho), com “objetivo de incorporar 500 mil hectares ao sistema produtivo” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA *apud* KUDLAVICZ, 2011, p.46).

Contudo, advém da política de desenvolvimento para os cerrados a expansão da produção de eucalipto, de modo particular, na região de Três Lagoas. Estimulada pelos incentivos fiscais do governo federal, a partir do programa POLOCENTRO, inicia e aumenta o plantio de eucalipto e *pinus* no estado do Mato Grosso do Sul (KUDLAVICZ, 2011, p.47). Dessa maneira foram criados vários planos e programas que contribuíram progressivamente para políticas desenvolvimentistas na agricultura do Centro-Oeste brasileiro.

Sobre a participação e incentivos do Estado:

Os pesados subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas abriram o campo ao investimento capitalista, protegeram e reafirmaram a renda da terra e a especulação imobiliária, incluíram a grande propriedade fundiária num projeto de desenvolvimento capitalista que tenta organizar, contraditoriamente, uma sociedade moderna sobre uma economia rentista e exportadora. Um capitalismo tributário e atualizado. (MARTINS, 1989, p.85).

Para evidenciar a participação do Estado como financiador do agronegócio da celulose no Estado de Mato Grosso do Sul, de modo particular em Três Lagoas, mencionamos a comparação proposta por Almeida (2012) sobre os incentivos fiscais financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). “No ano de 2011 a Eldorado Florestal acessou R\$2,7 Bilhões, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar/PAA contou com o orçamento anual de R\$ 502,57Milhões” (ALMEIDA, 2012). A autora afirma que a crise do programa pode ser analisada pelos dados oficiais do PAA para o Mato Grosso do Sul.

A participação do Estado ficou em 2% do montante nacional, e no caso dos municípios da microrregião de Três Lagoas, sequer um centavo foi gerado no PAA. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, que obriga o uso de no mínimo 30% dos recursos destinados à merenda escolar na aquisição de produtos da agricultura familiar, não é diferente. O município não conseguiu utilizar os recursos como prevê a Lei – segundo informações do CMDR. E o ônus tem recaído sobre os camponeses, na costumeira tradição de afirmar que nesta região os pequenos não produzem ou que a terra é estéril. (ALMEIDA, 2012, p.2).

Dessa forma, identificamos que o agronegócio da celulose se realiza por meio de grandes empreendimentos. Para tanto, cabe esclarecer o conceito empregado para tal afirmação. Entendemos como grandes empreendimentos a partir de Vainer (1992), Grandes Projetos de Investimento (GPI) que mobilizam em demasia, alguns elementos como: capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território e consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos territoriais, sob lógica estritamente econômica e exógena definida pelo centro hegemônico político e econômico. Outro elemento também identificado pelo autor é que esses “GPIs buscam atender simultaneamente duas exigências: a da produção e reprodução das condições gerais de acumulação e a do ordenamento territorial” (VAINER, 1992, p.34).

Nesse sentido, estudos de caso em alguns países da América Latina (México, Venezuela e Argentina) realizados por Elza Laurelli (1987) mostram as relações estabelecidas entre a evolução do sistema de poder e a produção de espaço nas regiões em que são implantados grandes projetos energéticos e/ou industriais. Segundo a autora, o período de planejamento para concretizar esses projetos torna-se extenso, podendo demorar décadas, desde sua idealização e localização até a construção e operação. A isto sucedem cenários de transformação no território, que só podem ser compreendidos e explicados pela dimensão histórica, relação com a política vigente e pela racionalidade do momento histórico em que esses planos se desenvolveram.

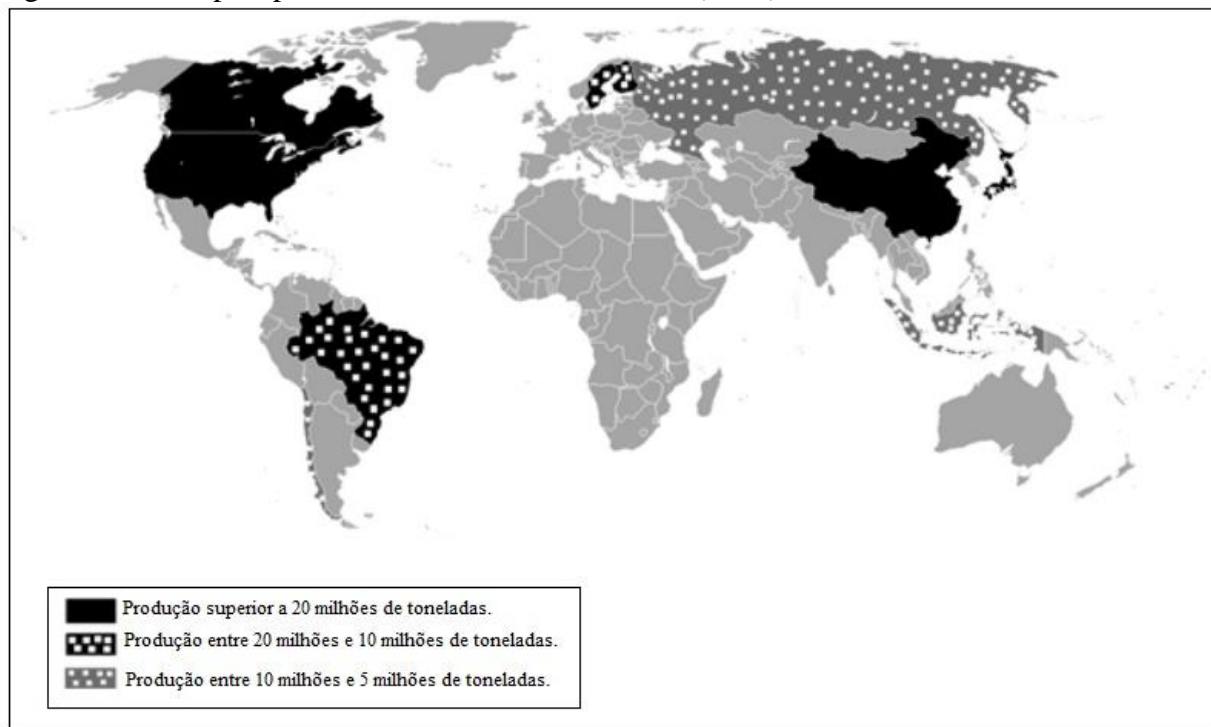
Ainda de acordo com Laurelli (1987), os projetos podem ser analisados e compreendidos com enfoque predominantemente político, pois, se constituem na interação dinâmica de dois processos: um que define as estratégias nacionais para o desenvolvimento regional e outro que determina as estratégias internacionais condicionadas à primeira. Essa dinâmica explica as relações estabelecidas no sistema de poder que compreende o contraste apresentado nos planos de projetos com a realidade regional, assim como a implantação industrial e concessão do desenvolvimento urbano-rural; medidas estratégicas regionais, determinadas pelo contexto econômico-político dominante e dominado.

Vainer (2008) assinala que para superar de modo consistente as concepções que centralizam o direito do empreendedor (dominante) é preciso “entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental” (VAINER, 2008). Portanto, trata-se, de uma transformação social que interfere em várias dimensões e escalas no espaço-tempo.

Destarte, o agronegócio ou *agribusiness*, como também é denominado, estrutura-se pela existência e relação comercial das atividades setoriais interdependentes (equipamentos, insumos agrícolas, processamento industrial, distribuição e consumo) que constituem e integram a lógica econômica da produção agrícola. Nessa perspectiva o agronegócio faz parte de um sistema econômico mundial decorrente da correlação de forças econômicas das nações, que sucedem dois processos concomitantemente: um de globalização e outro de regionalização, os quais oportunizam a inserção das economias nacionais no mercado internacional e constituem um novo panorama econômico mundial (MONTROYA, 2002).

Nesse contexto, o agronegócio da celulose e sua implantação no território brasileiro revelam a expansão regional do setor econômico a fim da integração econômica internacional e do consentimento às demandas de consumo. Para contextualizá-lo em escala global, o banco de dados BNDES apresenta a ascendência do setor de papel e celulose nos seguintes países: EUA, Japão e Canadá respondem por cerca de 47% da produção mundial e EUA, Japão e Alemanha consomem 50% de todo papel produzido, significando que os países produtores são também os maiores consumidores. O Brasil aparece em 11º lugar entre os países produtores e 12º entre os consumidores de papel. Essa posição (Figura 1) nos permite verificar a inserção do país no mercado global para atender a demanda interna, mas também externa, já que não se pode negligenciar a sua posição no sistema econômico vigente.

Figura 1 – Principais produtores mundiais de celulose (2008)



Fonte: BNDES, 2012.

Essa lógica explica a intensa expansão de tal monocultura no campo brasileiro. Iniciou-se na primeira década do século XX com o cultivo de eucalipto para fins industriais, e no fim dos anos 1950 foram introduzidas as espécies de *pinus* para o suprimento de setores produtivos, admissão essencial para o suprimento confiável de matéria-prima e para o desenvolvimento da indústria brasileira de celulose-papel.

Como demonstração dessa afirmativa, constatamos no relatório florestal da BRACELPA (Associação Brasileira de Papel e Celulose) os estados propulsores do desenvolvimento industrial nesse setor, como demonstra a tabela 1.

Considerações a respeito de grandes projetos de investimento e expansão do agronegócio do papel e celulose em Três Lagoas (MS)

Mariana Santos Lemes

Tabela 1 – Brasil - Área total do setor, segundo os Estados de maior representação, 2009. (em mil há).

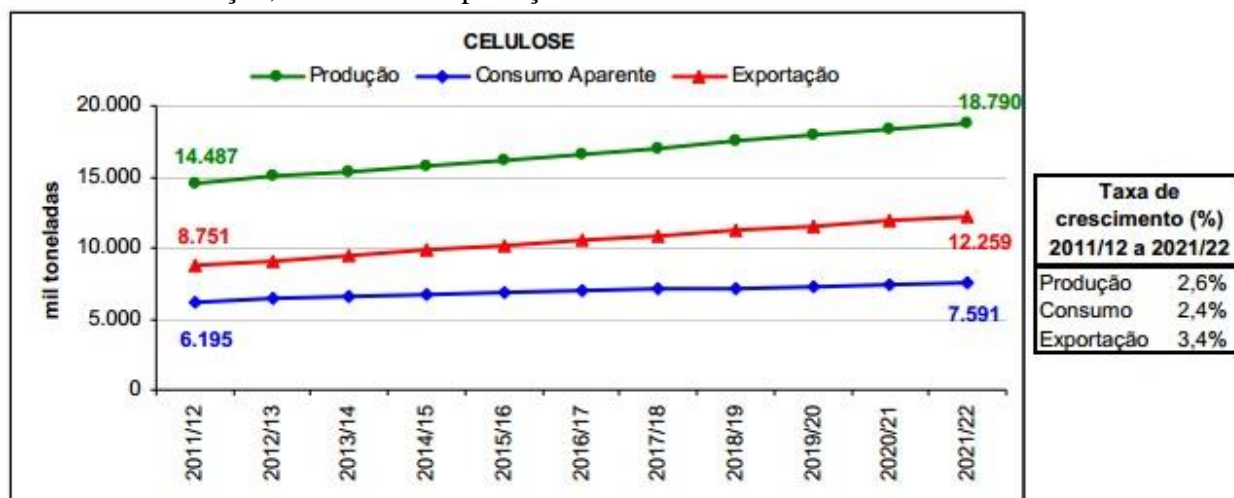
Estados	Áreas Plantadas	Área de Conservação	Área Total
Amapá	12	752	764
Bahia	527	279	806
Espírito Santo	171	75	246
Maranhão	47	93	140
Mato Grosso do Sul	155	70	225
Minas Gerais	222	150	372
Pará	49	851	900
Paraná	269	163	432
Piauí	1	4	5
Rio de Janeiro	3	1	4
Rio Grande do Sul	206	149	355
Santa Catarina	169	107	276
São Paulo	420	178	598
Total	2,251	2.872	5.123

Fonte: BRACELPA, 2009.

Assim, a expansão do setor industrial de celulose e/ou papel pode ser visualizada nas seguintes regiões: Sudeste possui 36% de áreas plantadas, Sul 29%, Centro-Oeste 26%, Nordeste 7% e Norte 3%. Totalizando as áreas plantadas, 69,7% das propriedades são próprias, 11,4% são arrendadas e 18% das áreas são de fomento (BRACELPA, 2009). Tal situação identifica o poder do grande empreendimento na monopolização e territorialização do capital – pois para o cultivo de eucalipto e *pinus* é necessário respectivamente grande extensão de terras, localização estratégica para fins de escoamento da produção e favorecimento dos fatores hídricos, climáticos e pedológicos para garantir produtividade acelerada.

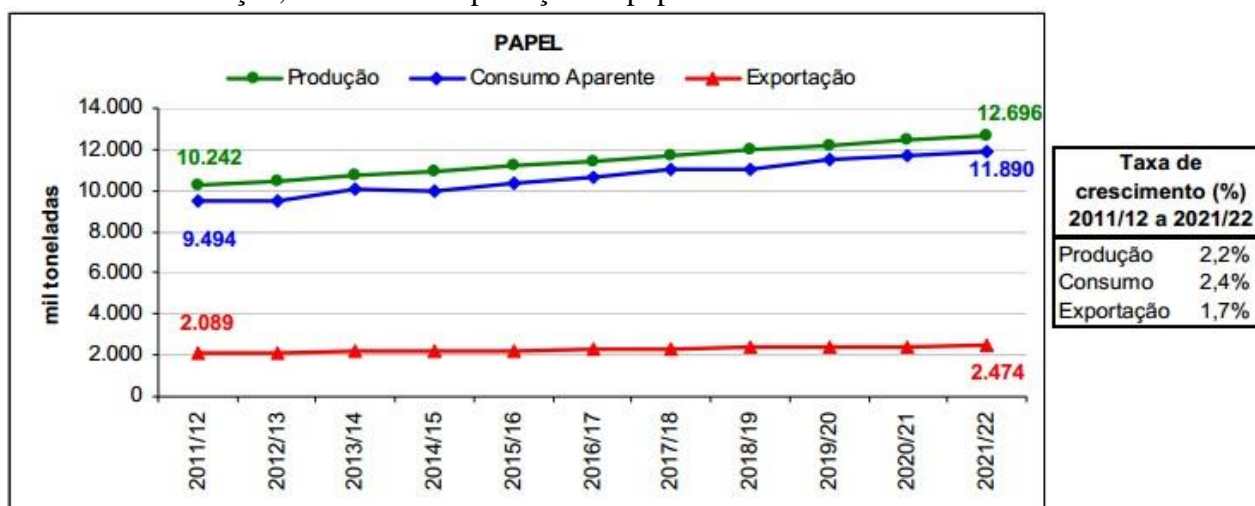
Essa intensa materialização no território é concebida pela demanda dos produtos florestais (celulose e papel) que, seguindo os complexos de soja, carne e sucoalcooleiro, representam a quarta posição na classificação do valor das exportações do agronegócio nacional (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012). Dessa maneira, é possível visualizar os caminhos pretensiosos desse setor industrial a partir das projeções acerca da produção, consumo e exportação de celulose (Gráfico 1) e papel (Gráfico 2) ponderadas para o agronegócio brasileiro pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Gráfico 1 - Produção, consumo e exportação de celulose no Brasil



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.

Gráfico 2 – Produção, consumo e exportação de papel no Brasil



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.

Com base nesses dados, entendemos que as projeções desempenhadas pelo mercado econômico advêm do crescente consumo. Porém, sabemos que o atual consumo de papel é decorrente dos países mais desenvolvidos e está diretamente relacionada ao consumo industrial. Assim, Kudlavicz (2011) esclarece que, a demanda pela produção de papel visa desenvolver a rentabilidade desse setor industrial sem nenhum respaldo social, pois, o aumento da demanda por tal produto não possui nenhuma relação com a eliminação do analfabetismo, com a impressão de maiores números de livros e jornais e cadernos para crianças necessitadas.

Dessa forma, para abastecer o consumo industrial com maior rapidez, falamos da celulose de mercado (fibra curta) extraída das madeiras nas áreas de cultivo de eucalipto. Também há no Brasil a produção da celulose de fibra longa, extraída da madeira do *pinus* e da Araucária. No Mato Grosso do Sul prevalece a produção da celulose advinda das florestas de eucalipto para fins de exportação (KUDLAVICZ, 2012).

Nessa ordem compactua o agronegócio da Fibria, uma das seis maiores empresas brasileiras inseridas no mercado global. Em Três Lagoas/MS essa empresa se implantou, em 2009, a partir da união das empresas Votorantim Celulose e Papel (VCP) e Internacional Paper (IP), que já existiam. Anteriormente essa grande corporação já atuava nos seguintes estados: Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, São Paulo.

Tal empreendimento da Fibria abrange quatro municípios da região de Três Lagoas. Segundo o Plano de Manejo de 2011 da empresa, a área de plantio é superior a 207.658 mil hectares, além de 90.775 hectares de área de preservação ambiental. Sem discutir o mérito dessa pretenciosa preservação, é válido destacar a velocidade da expansão das áreas de cultivo de eucalipto. Nesse sentido, cabe destacar a comparação de Almeida (2012), que inclusive contesta esses dados. Segundo a autora, “a título de identificação de prioridades: enquanto a Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul conseguiu em 26 anos conquistar 686.261,71 ha, em quatro anos um dos complexos já detém em terras próprias e arrendadas algo em torno de 400.000 ha”.

Desse modo, ficam evidentes as transformações ocorridas no território da região leste sul mato grossense, de modo particular em Três Lagoas, que levaram a mudanças de reorganização no espaço do campo e da cidade. No campo houve a transmutação da atividade pecuária para o plantio de eucalipto, em vias de se tornar hegemônico, interferindo significativamente na estrutura de vida dos sítiantes, comerciantes e trabalhadores existentes nas comunidades rurais. Na cidade também é possível observar mudanças. Como bem exemplifica Almeida (2010), “alguns probleminhas, como o caos no trânsito, são citados aqui e ali, sem realce para que pareça coisa normal, consequência inevitável do progresso. O que não se revela são os números do “probleminha” que se materializam em seres humanos a lotar os leitos do único hospital público da cidade”.

Por meio de acentuadas transformações é possível identificar no território a presença de um GPI, dado seu caráter homogeneizador a partir de um modelo – no caso o do agronegócio da celulose, que transforma e (re)ordena o território de Três Lagoas/MS a seu modo. Suas

contradições podem ser vistas no campo e expressam a lógica da unificação política e econômica que rege o processo histórico infindável de “desenvolvimento” do país.

Considerações finais

Este trabalho nos proporcionou analisar melhor sobre os efeitos territoriais desenvolvidos no e após o processo de implantação do Grande Projeto de Investimento do agronegócio da celulose. Porém, os exemplos mencionados no texto revelam as prioridades do modelo homogeneizador de territórios urbanos e rurais característicos da natureza (capitalista) em que se origina o empreendimento.

No desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, o agronegócio surge com a integração das relações comerciais entre o campo e a cidade, a partir do intenso processo de industrialização e fragmentação dos seus setores para articular o campo acordando com a lógica econômica da produção agrícola. Sem negar esse sistema produtivo, a Fibria é o Grande Projeto de Investimento do agronegócio da celulose no estado do Mato Grosso do Sul que atua conforme a lógica de produção na demanda do mercado global e segue os desdobramentos incisivos, promovendo transformações territoriais.

Nesse sentido, apresentamos de modo sucinto a posição política do Estado para intervir no processo de territorialização do capital no campo sul mato-grossense. No entanto, a participação contraditória revelada pelos incentivos fiscais nos permite fazer a leitura de que ainda prevalece o latifúndio resignificado nos moldes empresariais.

Contudo, diante das transformações articuladas em múltiplas escalas e expressas no território, carece analisar seus efeitos sociais e ambientais de forma mais aprofundada, efeitos os quais podem se acentuar caso se concretizem as projeções abusivas de produção da celulose em Três Lagoas/MS, a partir dos mecanismos do monopólio da riqueza que promove o território desigual.

Notas

¹ Agradeço ao Prof. Dr. Vicente de Paulo da Silva e ao meu orientador Prof^o Dr. Marcelo Cervo Chelotti que cooperaram para a elaboração desse artigo.

² *Comoditties* é um termo da língua inglesa que aqui quer significar os produtos da agricultura transformados em mercadoria de exportação e seus preços geralmente são cotados nas bolsas de valores. (KUDLAVICZ, 2011, p. 39).

Referências

ALMEIDA, Rosemeire. A. de. Complexo Celulose-Papel: a quem beneficia? . **Jornal do Povo**, Três Lagoas, 17, abr 2012. Disponível em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/COMPLEXO_CELULOSE_PAPEL.html>. Acesso em: 9 dez. 2012.

ALMEIDA, Rosemeire. A. de. A Capital da Celulose: o não dito. **Jornal Correio do Estado**, Campo Grande, 29, nov 2010. Disponível em <<http://racismoambiental.net.br/2010/12/a-capital-da-celulose-o-nao-dito/>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **BNDES Setorial 32**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set32109.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2012.

BRACELPA. **Relatório florestal 2009**. Disponível em < http://www.bracelpa.org.br/bra/estatisticas/pdf/anual/RA_02.pdf >. Acesso em: 2 jun. 2012.

GAIGER, Luiz Inacio. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. In: **Caderno CRH**. Salvador: Edufba, 2003. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=171>> . Acesso em: 23 mai. 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica Agrária e a Territorialização do Complexo Celulose/Papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LAURELLI, Elsa. Los Grandes Proyectos: estratégias de desarrollo y transformacion del território. In: ROFMAN, A. B; BRUNSTEIN, Fernando; LAURELLI, Elsa; VIDAL, Alicia (Org.). **Los grandes proyectos y el espacio regional: presas hidrelétricas y el sistema decisional**. Buenos Aires: CEUR, 1987. p. 131-155.

MARTINS, José. S. de. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: HUCITEC, 1989. 147 p.

MARTINS, José. S. de. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Sociais, 1979. 157 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Assessoria de Gestão Estratégica. **Brasil projeções para o agronegócio 2011/2012 a 2021/2022**. Brasília: MAPA, abril de 2012. Disponível em: < [http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-2012%20a%202021-2022\(2\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-2012%20a%202021-2022(2).pdf) >. Acesso em: 11 mai. 2012.

MONTOYA, Marcos. A. Agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 56, n 4, p. 605-660, oct./dec. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402002000400004> . Acesso em: 13 abr. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. Agricultura e Indústria no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 27-64.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2008. 259 p.

VAINER, Carlos. B. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas, conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa: Ed. UFV, 2008. 344 p.

VAINER, Carlos. B.; ARAÚJO, Frederico. G. B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 86 p.